

# Política Contábil

Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social

Aprovada pelo Conselho Deliberativo conforme ATA n.º 403 de 27/01/2022.

## Índice

1. Introdução .....	3
2. Objetivo .....	3
3. Conceitos .....	3
4. Aplicação da Política .....	4
5. Plano de Contas e Políticas Contábeis Adotadas.....	4
6. Procedimentos Contábeis nos Grupos de Contas .....	5
7. Lançamentos não Parametrizados – Manuais.....	13
8. Salvaguarda dos Documentos Contábeis .....	13
9. Elaboração das Demonstrações Contábeis .....	13
10. Cálculo de Quota do Plano de Benefícios.....	15
11. Obrigações Acessórias .....	15
12. Gestão de Riscos.....	15
13. Governança Corporativa - Informação Contábil.....	16
14. Referências .....	16

## 1. Introdução

Esta Política está em consonância com a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, Parágrafo Único, Artigo 4º, que prevê que é de responsabilidade das EFPC a definição de política contábil, considerando as peculiaridades da entidade, bem como, a natureza de suas operações, devendo ser efetuada com critérios consistentes e verificáveis, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade, e que contemple sua gestão de riscos e o tratamento das provisões, ativos e passivos contingentes.

## 2. Objetivo

Tem por objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade dos processos e procedimentos contábeis da entidade, elaborada com princípios, convenções, regras e as práticas específicas aplicadas na apuração patrimonial, permitindo ainda sua comparabilidade ao longo do tempo e resultando em uma apresentação de qualidade das demonstrações contábeis, que representam na sua essência, a soma dos registros contábeis dos planos de benefícios lotados na EFPC, os quais são apurados com base nos respectivos movimentos mantidos pelos Patrocinadores e Participantes.

## 3. Conceitos

- a. **Área:** Unidade formal da Fundação ELOS, nos termos da Norma Geral de Administração 01 – Estruturas Normativas.
- b. **Autopatrocinado:** É a opção que proporciona ao Participante que se desligou da empresa, independente do motivo, permanecer no plano de previdência enquanto não atinge as condições necessárias para a aposentadoria. Nesta condição o participante continua formando sua poupança previdenciária e na data de solicitação da aposentadoria terá direito de usar todos os valores contribuídos em seu nome pela Patrocinadora até a data do desligamento.
- c. **Colaborador:** Empregados integrantes do quadro da Fundação ELOS, incluindo os diretores, gerentes e técnicos. Para fins desta política, inclui também estagiários e menores aprendizes.
- d. **Conselheiro:** Membro titular e suplente de órgão estatutário (Conselho Deliberativo e Fiscal) da Fundação ELOS, extensível, para fins desta Política, para membros de colegiados não estatutários da Fundação ELOS.
- e. **Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade.
- f. **EFPC:** Sigla para Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
- g. **Regulamento do Plano:** Documento que dispõe sobre regulamentação específica dos planos de benefícios previdenciários.

## 4. Aplicação da Política

Destina-se aos usuários das demonstrações contábeis:

- a. Empregados da ELOS;
- b. Diretores e Conselheiros;
- c. Participantes (Ativos, Assistidos e Beneficiários);
- d. Patrocinadores;
- e. Órgãos Reguladores; e
- f. Usuários Externos.

## 5. Plano de Contas e Políticas Contábeis Adotadas

### 5.1. Plano de Contas

O Plano de Contas Contábil das EFPC consiste no conjunto de contas, previamente estabelecido pelo Órgão Regulador e Fiscalizador, que norteia os registros dos fatos e atos contábeis inerentes às EFPC, além de embasar e complementar a elaboração das demonstrações contábeis. Formado por codificação alfanumérica, cuja parte numérica (código) é composta por 13 (treze) dígitos, enquanto a parte alfabética (título) destina-se à descrição da conta. Esta codificação não poderá, em hipótese alguma, ser alterada pelas entidades.

### 5.2. Regime Adotado para Registros Contábeis

O regime de competência é o adotado para os registros contábeis das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, o que implica no reconhecimento das adições e deduções da Gestão Previdencial, das rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo dos investimentos, receitas e despesas da gestão administrativa, no período em que efetivamente ocorrem independentemente de seu pagamento ou recebimento. As exceções ao regime de competência são aplicadas aos patrocinados de contribuição definida e autopatrocinados.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidos após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

A ELOS adota em sua escrituração contábil a independência patrimonial, de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios por ela administrados. As informações segregadas por plano de benefícios são relevantes para os usuários da informação.

Os processos, métodos e critérios e as modificações relevantes são evidenciadas em notas explicativas às demonstrações contábeis, com a quantificação dos respectivos efeitos

### 5.3. Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação (inclusive aqueles aplicados por fundos de investimentos), provisões para contingências, provisões para devedores duvidosos e as provisões matemáticas, dentre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Uma diferença entre o desfecho da estimativa contábil e o valor originalmente reconhecido ou divulgado nas

demonstrações contábeis não representa necessariamente uma distorção nas demonstrações contábeis. A Administração da ELOS revisa as estimativas e premissas periodicamente.

#### 5.4. Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, e Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com os respectivos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas (Custeio Previdencial, Custeio dos Investimentos, Receitas Diretas, Dotações Iniciais e Doações), deduzidas das despesas administrativas, dos investimentos, constituição/reversão de contingências, reversão de recursos para o plano de benefícios e fluxo dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas nos respectivos Fundos Administrativos.

#### 5.5. Operações Previdenciais Contratadas

Os contratos existentes decorrentes de Contribuição em Atraso, Equacionamento de Déficit, Serviço Passado e outros de acordo com Regulamento do Plano e normas vigentes, devem ser evidenciados em Notas Explicativas, com divulgação dos elementos contratuais mínimos e a previsibilidade – baseada, quando for o caso, em comportamento anterior – de amortização dessas obrigações.

As notas explicativas devem apresentar descrição textual com resumo dos contratos, informando, no mínimo, o valor contratado, os juros pactuados ou encargos incidentes, o valor das parcelas, a forma e o prazo de amortização, a quantidade de parcelas, a data de vencimento e os saldos em aberto.

A expectativa de amortização dos contratos com patrocinadores deve ser evidenciada por meio de divulgação de quadro de composição da dívida. Esse quadro deve registrar os valores de cada item que contribua para a evolução do saldo contratual e as informações devem ser segregadas por plano de benefícios e por patrocinador

## 6. Procedimentos Contábeis nos Grupos de Contas

### 6.1. Disponível

O grupo “Disponível” é utilizado para absorver registros contábeis das movimentações financeiras realizadas no caixa/banco, tais como dinheiro em espécie, transações eletrônicas, bloqueios judiciais, bem como valores equivalentes, como cheques em tesouraria ou em trânsito na mão de terceiros, que representem recursos de liquidez imediata.

O saldo do caixa deve estar registrado, em uma ou diversas contas, dependendo das necessidades operacionais, mas seus registros devem ser alocados por plano de benefícios e PGA.

São representados normalmente pelas contas de livre movimentação mantidas em instituições bancárias.

### 6.2. Gestão Previdencial

Registra as adições (contribuições e outras adições) e deduções (benefícios, resgates, e outras deduções) pelo regime de competência, exceto para os planos instituídos, contribuição definida e auto patrocinado. As contribuições dos Participantes e dos Patrocinadores, assim como as folhas de benefícios, resgates e portabilidades são segregadas por plano de benefícios.

As contribuições em atraso, de serviço passado e de déficit técnico devem observar os termos do Regulamento do plano.

### 6.3. Gestão Administrativa

A gestão administrativa é apurada pelo regime de competência, e opera conforme as determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da ELOS.

#### 6.3.1. Receitas e Despesas

As receitas administrativas são operações de natureza administrativa de cada Plano, representadas pelas contribuições dos Participantes, Patrocinadores e Autopatrocinado, bem como pelas receitas diretas do PGA, reembolsos, taxa de empréstimos aos Participantes, dotação inicial, doações e custeio de investimentos, para administração da ELOS em conformidade com o plano de custeio.

Os registros das fontes de custeio administrativo, sejam oriundos das contribuições previdenciais (taxa de carregamento) e da taxa de administração dos investimentos e outras fontes, são efetuados periodicamente, seguindo as características do plano anual de custeio constante no orçamento anual da ELOS.

As despesas administrativas englobam os gastos administrativos do funcionamento da ELOS tais como: salários e encargos, treinamentos, contratações de serviços de terceiros, depreciações e amortizações, além de despesas gerais como, por exemplo, materiais de expediente e contas de consumo da entidade.

#### 6.3.2. PIS e COFINS

A área contábil será responsável pelo cálculo do PIS e COFINS nas alíquotas estabelecidas na legislação, sobre qualquer receita administrativa inerente ao exercício da atividade da ELOS, nos termos da legislação vigente.

#### 6.3.3. Critérios de Rateio

A gestão das despesas administrativas no que tange a alocação, poderá ser realizada por centros de custos de atividades, por meio sistêmico ou gerencial, os quais devem ser classificados como diretos e indiretos, a saber: os diretos são aqueles em que são alocados os gastos exclusivos da administração direta dos Planos; os indiretos alocam os demais gastos de administração da Entidade e serão rateados conforme métricas estabelecidas.

A metodologia de critério de rateio representa a forma de distribuição, alocação e apropriação de gastos comuns aos planos de benefícios administrados pela ELOS, proporcionando a visualização do real custo administrativo de cada plano.

Os critérios de rateio das despesas administrativas deverão ser objetivos, uniformes ao longo do tempo e deverão levar em consideração as especificidades e complexidade dos planos de benefícios.

A apuração dos percentuais está definida no Regulamento do PGA e deverá ser realizada anualmente com objetivo de adequar à realidade da fundação.

#### 6.3.4. Fundo Administrativo

O Fundo administrativo corresponde à parcela ainda não utilizada das receitas destinadas especificamente pelo Plano de Custeio e destina-se a garantir a manutenção da

estrutura administrativa da ELOS. Este fundo é constituído por meio das contribuições administrativas realizadas pela patrocinadora e pelos participantes de acordo com o regulamento do PGA, bem como por taxa administrativa incidente sobre os empréstimos concedidos acrescidos das respectivas rentabilidades líquidas.

Mediante aprovação do Conselho deliberativo, a ELOS poderá constituir um fundo denominado “Compartilhado” com sobras do estoque do Fundo Administrativo formado a partir do ano de 2018, o qual servirá para fomentar a implantação de novos planos de benefícios. Os valores acumulados no Fundo Compartilhado poderão ser utilizados para custear as despesas administrativas do exercício subsequente, podendo ser ajustado anualmente de acordo com parecer atuarial. O Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB da EFPC deverá manter atualizado o controle dos valores utilizados/destinados do Fundo Administrativo e prestar informações periódicas ao Conselho Fiscal, a quem caberá, além do acompanhamento, registrar em seu relatório semestral de controles internos a conformidade em relação às normas.

O Regulamento do PGA deve conter no mínimo fontes de custeio e das destinações dos recursos administrativos, dos direitos e das obrigações dos planos de benefícios, dos patrocinadores, dos participantes e assistidos, da transferência de gerenciamento, da criação e extinção de planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial, da retirada de patrocínio e adesões de novos patrocinadores, bem como de outras formas de reorganização.

#### 6.3.5. Indicadores de Gestão

Os indicadores de gestão são mecanismos de controle e mensuração de dados, que auxiliam na avaliação da gestão, na tomada de decisão e na definição de estratégia para alcançar os objetivos da entidade.

A Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, que revogou a Resolução CGPC nº 29/2009, em seu art. 10º, estabelece que “O conselho deliberativo, ou outra instância estatutária competente, da entidade deve: III – fixar critérios quantitativos e qualitativos para a realização das despesas administrativas e os indicadores de gestão para acompanhamento e avaliação objetiva da evolução das despesas administrativas, inclusive gastos com pessoal, e suas metas”.

Os indicadores de gestão administrativa devem ser definidos pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo da EFPC, devendo seus critérios constar no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

De acordo com o Artigo 11 “o conselho fiscal da entidade deve acompanhar e controlar a execução orçamentária, com observância ao limite de que trata o art. 5º, dos critérios quantitativos e qualitativos e dos indicadores de gestão das despesas administrativas e de suas respectivas metas. Parágrafo único. O conselho fiscal deve se manifestar sobre o disposto no caput por ocasião da elaboração do relatório de controle interno.”

### 6.4. Investimentos

#### 6.4.1. Aplicações, Resgates, Valorização e Concessão

O realizável de investimentos corresponde à parcela significativa do ativo dos planos de benefícios, e deve ser detalhado em notas explicativas de forma clara, objetiva e comparativa para a melhor compreensão por parte do usuário da informação contábil.

As informações sobre o realizável dos investimentos são um indicativo quanto à adequação entre a estrutura de investimentos do plano de benefícios e sua necessidade de liquidez e solvência, na qual a ELOS deve identificar os perfis de investimentos, as rentabilidades das aplicações e as respectivas exposições ao risco.

A evidenciação dos investimentos deve permitir aos usuários aferir a significância dos diferentes segmentos de aplicação para a posição patrimonial e financeira, bem como para o desempenho dos planos de benefícios.

Deverão constar, em notas explicativas, eventuais provisões para perdas, com a devida caracterização da natureza e extensão por segmento de investimentos e por ativo, evidenciando o saldo do exercício anterior.

A ELOS deve evidenciar a forma de precificação adotada para os ativos de sua carteira de investimentos que não puderem ser marcados a mercado em virtude de ausência de negociação no período de 180 (cento e oitenta) dias que antecederem a data-base das demonstrações.

Deverão ser demonstrados também os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e se estão de acordo com o estabelecido na Resolução CNPC nº 43/21, e orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R2), aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.428/13.

#### 6.4.2. **Renda Fixa**

As aplicações de Renda Fixa são classificadas em duas categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação. Os títulos na categoria "para negociação" incluem os títulos e valores mobiliários com o objetivo de poderem ser negociados antes do vencimento, sendo contabilizados pelo valor de mercado.

Os títulos na categoria "mantidos até o vencimento" incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja a intenção e capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos *pro rata temporis*, incorridos até a data base das demonstrações.

A reclassificação de títulos mantidos até vencimento para negociação deve observar os requisitos da legislação vigente. Os títulos com vencimento até 5 anos devem ser registrados pelo valor de mercado.

Observar na avaliação dos ativos de renda fixa a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### 6.4.3. **Renda Variável**

As aplicações em Ações são registradas pelos valores de mercado, obtidos pelas cotações de fechamento na data do balanço ou data anterior mais próxima, com exceção das ações que não tiverem sido negociadas nos últimos seis meses, as quais são registradas pelo menor valor entre o preço de custo e o valor patrimonial.

Os Fundos de Renda Variável são registrados ao custo de aquisição acrescido dos ganhos auferidos ou perdas incorridas até a data dos balancetes ou das demonstrações contábeis.



A variação apurada entre os valores atual de mercado e o anterior é apropriada mensalmente à conta de Rendas/Variações Positivas e/ou Deduções/Variações Negativas.

As receitas decorrentes de dividendos e bonificações em espécie são contabilizadas no respectivo exercício em que foram declarados pelas empresas.

Observar na avaliação dos ativos de renda variável a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### 6.4.4. **Investimentos Estruturados**

O segmento de Investimentos Estruturados pode conter fundos de investimento: em participação e em multimercado; fundos classificados como “Ações – Mercado de Acesso”; e Certificados de Operações Estruturadas.

A aquisição de fundos se dá em número de quotas e a apuração do valor dessas quotas deverá ser feita de acordo com normas específicas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Observar na avaliação dos ativos de investimentos estruturados a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### 6.4.5. **Investimentos em Imóveis**

Os Imóveis são registrados pelo custo de aquisição ou construção e atualizados conforme laudos técnicos de avaliação emitidos por empresas especializadas, anualmente, em conformidade com a Resolução CNPC nº 29/18 e Instruções da Previc.

O segmento de investimento imobiliário pode conter, ainda, fundos de investimento imobiliário (FII), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI).

Observar na avaliação dos ativos de investimento imobiliário a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### 6.4.6. **Empréstimos e Operações com Participantes**

Registra as operações de empréstimos concedidos aos Participantes (Ativos e Assistidos). O saldo deve refletir a posição atualizada da carteira na apuração mensal dos balancetes ou demonstração contábil. A ELOS deve ainda, manter controle de concessão, saldo devedor, parcelas vencidas e a vencer, controle de inadimplências, ações de cobranças, para cada contrato com o participante nos termos do Regulamento de Empréstimos

#### 6.4.7. **Derivativos**

As operações com derivativos são contabilizadas da seguinte forma:

- (i) Os ativos adquiridos ou alienados em operações a termo, na data da operação, por seus valores de cotação no mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar ajustadas a valor presente, tomando-se por base a taxa de cada contrato;
- (ii) Os prêmios pagos ou recebidos em operações com opções na data da operação, na respectiva conta de ativo ou passivo;
- (iii) As variações do valor justo do derivativo em "Rendas/Variações Positivas", ou em "Deduções/Variações Negativas";
- (iv) Os demais derivativos, na data da operação, em contas de ativo ou passivo de acordo com as características do contrato; e
- (v) Os desembolsos referentes às taxas e corretagens a débito de "Deduções/Variações Negativas".

Deve-se observar, ainda na avaliação dos instrumentos financeiros de derivativos, a legislação estabelecida pela CVM e registrar a diferença apurada entre o valor contábil e a avaliação realizada em conta analítica do respectivo derivativo, tendo como contrapartida "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", vedada a compensação de receitas com despesas em contratos distintos; e registrar os títulos, valores mobiliários e outros ativos dados em garantia de operações com derivativos em contas analíticas dos próprios ativos que destaquem a vinculação, mantendo-se os critérios originais de avaliação.

Adicionalmente os sistemas de controles internos devem conter informações que permitam identificar, individualmente, as partes pactuantes, as características e os valores dos contratos negociados, e divulgar em notas explicativas, a transação e o valor de referência

#### 6.4.8. **Operações Compromissadas**

As Operações Compromissadas trata-se de compras de títulos públicos federais, sem alteração de titularidade, com compromisso de revenda, bem como às vendas de títulos públicos federais com compromisso de recompra.

O registro das operações compromissadas são contabilizadas da seguinte forma:

- (i) contabilizado pelo valor efetivamente desembolsado ou recebido;
- (ii) reconhecida os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes, a débito de "Deduções/Variações Negativas"; e
- (iii) apropriada mensalmente os rendimentos ou encargos dessas operações, a crédito ou a débito de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", respectivamente, em razão do prazo decorrido, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores a um mês e reconhecidas conforme o princípio da competência, em razão da fluência do prazo da operação.

#### 6.4.9. **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa- PCLD**

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos deverá ser constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo aos dispostos baixados pelos Órgãos de Regulamentação e Supervisão do segmento fechado de previdência complementar

### 6.5. **Imobilizado e Intangível**

#### 6.5.1. **Imobilizado**

São exemplos de ativo imobilizado itens tangíveis ligados à atividade fim das EFPC, tais como: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, computadores e periféricos, veículos e imóveis de uso próprio adquiridos com recursos administrativos não pertencentes aos planos de benefícios.

A Fundação deverá adotar no registro contábil do imobilizado, as seguintes regras:

- (i) Nas aquisições e alienações a prazo, os encargos devem ser contabilizados, respectivamente, nas contas de despesas e receitas do PGA.
- (ii) As benfeitorias realizadas devem ser contabilizadas como acréscimo no valor dos respectivos imóveis.
- (iii) Os gastos decorrentes da manutenção e conservação de bens próprios ou locados de terceiros devem ser contabilizados em conta de despesa do PGA.

- (iv) A depreciação e a amortização deverão ser calculadas pelo método linear, às taxas anuais de 10% para instalações em geral, móveis e utensílios e, 20% para veículos e equipamentos de informática.

#### 6.5.2. Intangível

Intangível é um ativo identificável sem substância física, isto é, sem corpo físico. Os ativos intangíveis são incorpóreos representados por direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização, tais como: softwares, patentes, marcas registradas, direitos autorais, desenvolvimento de tecnologia dentre outros bens incorpóreos.

Além do registro de direitos de uso e custos de implantação de Sistemas de Gestão, registradas pelo custo de aquisição, excepcionalmente nas EFPC quando os gastos administrativos decorrem da implantação, organização e desenvolvimento no início das atividades da Entidade os mesmos poderão ser diferidos, nesse caso o registro contábil ocorrerá no Intangível.

Neste sentido, de acordo com as instruções contábeis editadas pela Previc, a EFPC, no registro contábil do intangível, deve observar as seguintes regras:

- (i) Deve observar exclusivamente as normas editadas pelo CFC.
- (ii) No registro contábil das amortizações, deve observar as seguintes regras: i) a amortização do intangível e do diferido deve ser contabilizada, mensalmente, como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do PGA; ii) a amortização dos gastos com elaboração e implantação de novos planos de previdência complementar deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de aprovação do plano de benefícios pela Previc; iii) a amortização deve ser calculada pelo método linear; e iv) a amortização do intangível e do diferido independe da existência do resultado do PGA.
- (iii) Os gastos com implantação, reorganização e desenvolvimento, seguirão os critérios permitidos pela Previc para a amortização dos investimentos realizados, conforme estudo de viabilidade apresentado pela EFPC.
- (iv) Projetos para serem registrados no intangível devem atender os requisitos do CPC 04.

#### 6.6. Tratamento das Provisões Contingenciais

A estrutura do Exigível Contingencial prevista na planificação das EFPC tem o objetivo de reconhecer contabilmente os valores das provisões das ações judiciais associadas às gestões Previdencial, Administrativa e de Investimentos com probabilidade de perda provável, as quais devem ser segregadas por plano de benefícios e PGA. O registro deve estar em consonância com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Para a correta explicitação dos riscos envolvidos, reais ou potenciais, a EFPC deve registrar com a acurácia devida as provisões contingenciais relacionadas a ações judiciais, em especial aquelas referentes às questões previdenciais, trabalhistas e tributárias. É necessária a evidenciação das provisões consideradas relevantes, com informações sobre a evolução dos processos judiciais em aberto e dos valores provisionados entre os exercícios.

A assessoria jurídica interna da ELOS deve elaborar relatório contemplando todas as ações judiciais da entidade, contendo, no mínimo, as seguintes informações: identificação das partes, descrição da natureza da ação, avaliação da probabilidade de perda (ou êxito) e estimativa do valor.

O valor a ser provisionado deve ser calculado com base na melhor estimativa de desembolso, determinada pela administração da EFPC, devendo ter cuidado para que o passivo não seja subavaliado ou superavaliado em virtude do grau de incerteza que envolve essa estimativa.

#### 6.7. Passivos Contingentes

São passivos de prazo ou valor incerto, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC.

Para os processos judiciais e/ou administrativos, nas áreas trabalhista e previdencial, deverão ser constituídas provisões para todos os processos em que a Entidade é ré e representam perda provável ou se encontram em fase de execução.

Nos processos em que a Entidade é ré e que o risco de perda é classificado como possível ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa e, quando a classificação do risco de perda for remota, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis. O Exigível Contingencial é obtido através das classificações de perda provável, divulgada nas Demonstrações Contábeis.

Anualmente a entidade realiza a revisão dos valores estimados por objetos e, desta forma, a suficiência das provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

#### 6.8. Ativos Contingentes

O Ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis da Fundação, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O reconhecimento contábil apenas ocorrerá quando a realização do ganho for praticamente certa.

A Fundação deve divulgar breve descrição da natureza dos ativos contingentes em notas explicativas, quando for provável a entrada de recursos.

#### 6.9. Depósitos Judiciais e Recursais

Registram-se os valores relativos aos pagamentos relacionados aos processos judiciais, por meio de “Bloqueio online” ou “Depósito judicial”. A atualização dos depósitos judiciais deverá ocorrer por ocasião do levantamento de valores em favor da Fundação.

#### 6.10. Depósitos não Identificados

Valores de depósitos, em sua maioria judiciais, são devolvidos na conta corrente da Entidade e necessitam de análise para sua classificação. A assessoria jurídica da ELOS deve auxiliar nessa identificação e, quando esta não reconhecer o depósito, será necessário definir quanto tempo o valor ficará em conta do passivo e a qual plano ser apropriado. Os valores não devem ultrapassar mais de 12 meses no Balanço.

#### 6.11. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefício definido e contribuição variável são calculadas com base na massa de participantes, de assistidos e de beneficiários dos planos de benefícios de caráter previdenciário, admitidas hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, e são realizadas com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como o montante das reservas matemáticas e fundos previdenciais. Essas provisões matemáticas são atualizadas mensalmente conforme apresentação das evoluções pelos atuários responsáveis ou por meio de controles gerenciais de evolução teóricas.

Para os planos de benefícios na modalidade de contribuição definida, cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do Participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos, a evolução dos saldos consideram a acumulação de recursos, variação da cota dos planos e as deduções destinadas ao pagamento dos referidos benefícios.

#### 6.12. Fundos Previdenciais

Os fundos previdenciais são constituídos pelos atuários tendo sua origem e destino definidas no Regulamento do Plano ou Plano de Custeio Anual, ambos aprovados pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Na ELOS os fundos previdenciais são:

- (i) Fundo patronal não comprometido: constituído pela parte do saldo de conta das Patrocinadoras, relativo ao Plano CD, que não é utilizado no cálculo dos benefícios ou dos institutos por ocasião de resgate pelo participante. Caso se faça atuarialmente necessária a sua utilização, o Plano de Custeio Anual irá prever sua utilização com a devida deliberação favorável do Conselho Deliberativo da ELOS.
- (ii) Fundo coletivo de benefício de risco: corresponde ao plano CD e previsto pelo Atuário em nota técnica atuarial para cobertura em caso de invalidez ou falecimento de participantes em atividade. Constituído por meio de contribuições realizadas pela patrocinadora e pelos participantes de acordo com o plano de custeio.

### 7. Lançamentos não Parametrizados – Manuais

O comportamento do lançamento contábil não informatizado nas origens das informações é considerado manual, tornando-se um estudo relevante, pelo risco envolvido no processo, uma vez que intervenções manuais nos registros contábeis aumentam as chances de que algumas das informações contenham erros, além disso, pode haver alguma falha humana em sua execução.

A EFPC deve instituir controles gerenciais específicos dos lançamentos manuais e não usuais realizados, por natureza/usuário, ocorridos no período.

### 8. Salvaguarda dos Documentos Contábeis

A devida organização dos documentos fiscais é de fundamental importância para qualquer empresa, ainda mais em um momento em que as sofisticadas dos órgãos fiscalizadores têm sido constantemente aperfeiçoadas com o projeto SPED.

Isso diz respeito aos documentos dos diferentes setores. A documentação precisa ser guardada, organizada e protegida, evitando problemas como duplicidade, omissão de lançamentos, entre outros.

### 9. Elaboração das Demonstrações Contábeis

#### 9.1. Balancetes Mensais

A utilização dos dados contábeis como fonte primária das informações gerenciais da EFPC constitui boa prática de governança, uma vez que favorece a transparência na gestão, a prestação de contas e a responsabilidade fiduciária das entidades. Bem assim, permite a visualização dos resultados dos planos de benefícios, contribui para a previsibilidade do pagamento dos benefícios e

auxilia a decisão dos indivíduos na escolha das entidades como alternativa para formação de sua poupança previdenciária.

Os balancetes contábeis mensais são relatórios que apresentam o patrimônio e movimentações patrimoniais e de resultados de cada plano administrado pelas EFPC, bem como da posição consolidada. Os balancetes são apresentados em colunas que apresentam os saldos anteriores, de débitos e créditos e saldos finais de todas as contas do Plano de Contas e tem como referência as informações dos Livros Razão e Diário.

Os conceitos relacionados aos balancetes mensais apresentados pelas EFPCs e descritos a seguir, refletem a segregação patrimonial de cada plano administrado:

- (i) Balancete do Plano de Benefícios: demonstrativo contábil para registro do patrimônio e mutações patrimoniais de cada plano de benefícios de caráter previdencial ou assistencial, administrado pela EFPC.
- (ii) Balancete do Plano de Gestão Administrativa: ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da EFPC, na forma do seu regulamento.
- (iii) Balancete Consolidado: demonstrativo contábil de consolidação do patrimônio e das mutações patrimoniais da entidade, evidenciando os procedimentos que são aplicados em cada plano

## 9.2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis Consolidadas e por Plano de Benefícios representam, na essência, a soma dos registros contábeis, os quais são apurados com base nos respectivos movimentos ocorridos. Cada registro contábil provém de processos e controles estabelecidos pela administração da EFPC, sendo necessário apresentar os resultados dos respectivos movimentos contábeis anuais das EFPC para os Órgãos Reguladores, Conselho Deliberado, Conselho Fiscal, Patrocinadores e Participantes.

As Demonstrações Contábeis Anuais iniciam-se pela elaboração do Cronograma de Fechamento Anual, estabelecido pela administração da EFPC. Nele deve constar:

- a. Início e fases dos trabalhos de auditoria independente;
- b. Planejamento das Reavaliações Atuarias dos planos de benefícios;
- c. Apuração dos patrimônios financeiros/contábeis;
- d. Disponibilização de bases de fechamento aos atuários responsáveis;
- e. Cronograma de recebimento das Demonstrações Atuarias;
- f. Contabilização das informações das Demonstrações Atuarias;
- g. Elaboração das demonstrações contábeis;
- h. Disponibilização das demonstrações contábeis aos auditores independentes;
- i. Recebimento do DRAFT do RAI;
- j. Recebimento do DRAFT do RCI;
- k. Recebimento do DRAFT do Relatório para Propósito Específico;
- l. Reuniões da Diretoria e dos Conselhos para apresentação das demonstrações;
- m. Submissão das demonstrações contábeis ao STA da PREVIC.

Os demonstrativos finalizados são analisados pelos auditores independentes e disponibilizados para aprovação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis e são de responsabilidade da contabilidade da ELOS. Devem apresentar informações sobre os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio das Entidades, de maneira ordenada e clara, para que sejam bem compreendidas nos seus aspectos relevantes. Qualquer informação de eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem após a data do Balanço, e antes da apresentação das Demonstrações

Contábeis, deve ser incluído em item denominado “Eventos Subsequentes” e deve seguir as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 24.

## 10. Cálculo de Quota do Plano de Benefícios

Por se tratar de matéria técnica não prevista em lei ou outras normas correlatas, a quotização de valores nos planos de previdência é baseada em critérios e em documentos específicos de cada Entidade.

A Fundação ELOS deve dispor de metodologia formal de cálculo de cotas, cujos principais critérios para cálculo deverão prever, no mínimo:

- a. O método de quotização mensal, cujo valor da quota é calculado através do balancete contábil.
- b. Periodicidade considerada para a apuração do valor da quota, se mensal terá como referência o último dia do mês, tendo como prática a utilização do balancete contábil, que contém todas as informações necessárias, como a movimentação das contribuições, dos pagamentos de benefícios e resgates, portabilidades, pagamento de despesas administrativas e o retorno dos investimentos.
- c. Quota contábil utilizada na apuração considera o patrimônio previdenciário líquido contábil do início do mês, os rendimentos líquidos dos investimentos do mês e a Taxa de Administração, totalizando o patrimônio líquido.
- d. Receitas e despesas previdenciárias são utilizadas nas movimentações de quotas do Plano de Benefícios.
- e. Rentabilidade líquida do patrimônio previdenciário do Plano de Benefícios é calculada com base nas receitas das aplicações financeiras, descontadas as despesas administrativas do programa de investimentos do Plano de Benefícios.

## 11. Obrigações Acessórias

A contabilidade fica responsável pela elaboração, conferência e transmissão das seguintes obrigações acessórias:

- a. SPED – Escrituração Fiscal Digital Contribuições PIS e Cofins – EFD-Contribuições, periodicidade mensal.
- b. SPED – Escrituração Fiscal Digital REINF– EFD-REINF, periodicidade mensal, há movimentação.
- c. SPED – Escrituração Contábil Digital – ECD, periodicidade anual.
- d. SPED – Escrituração Contábil Fiscal – ECF, periodicidade anual.
- e. Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, periodicidade mensal.
- f. Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF, periodicidade anual.
- g. E-Financeira, periodicidade semestral.
- h. Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração Esporádico – PER/DCOMP, não há periodicidade, será realizado quando necessário.

## 12. Gestão de Riscos

A Fundação ELOS é administradora de planos de benefícios previdenciários e está exposta a diversos riscos que fazem parte do negócio, que precisam ser identificados por exposição dentro de prévia definição dos níveis considerados aceitáveis e serem avaliados quanto à sua probabilidade de incidência.

E em linha com o Artigo 12 da Resolução CGPC 13, todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da Fundação devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados,



e a adoção de uma metodologia de gestão aderente à Supervisão Baseada em Riscos em relação à Fundação e dos planos de benefícios administrados por ela.

A Fundação possui Política de Prevenção e Combate à Fraude, aprovada pelo Conselho Deliberativo conforme Ata nº 393 de 25/03/2021, e mantém estrutura apropriada de gerenciamento de risco, com área específica que identifica, avalia periodicamente os riscos e apresenta medidas com vistas a mitigá-los, dentre os quais se destacam: Risco de crédito, Risco de mercado, Risco de liquidez, Risco Operacional, Risco de governança, Risco atuarial, Risco de contraparte, Risco de tecnologia da informação (TI, Risco legal, entre outros).

### 13. Governança Corporativa - Informação Contábil

A adoção de práticas de governança estabelecida no artigo 1º da Resolução CGPC 13/2004 está diretamente ligada à informação contábil através de uma **Prestação de Contas** de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, e com a **transparência** que permita a transmissão de todas as informações que são de interesse dos stakeholders, além daquelas que já são obrigatórias pela legislação vigente.

Sem alterar as exigências legais, é importante ter o objetivo de tratar os requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados na divulgação das Demonstrações Contábeis, considerando que para a informação contábil ser útil, ela precisa ser relevante, fidedigna, comparável, verificável, tempestiva e compreensível a que se propõe

### 14. Referências

- I. Arcabouço de Regulação da PREVIC/CNPC – Normas e Manuais.
- II. Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.
- III. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.
- IV. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11.
- V. Princípios de Contabilidade.
- VI. Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica; e
- VII. Princípios de Governança Corporativa - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 2004. Disponível em: < <http://www.ibgc.org.br/>> Acesso em 01/12/2020.

### HISTÓRICO DE VERSÕES

Data	Versão	Aprovação
27/12/2021	1.0	Reunião da Diretoria Executiva nº 043/2021

